UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

ELYNES BARBOSA SILVEIRA

CORRUPÇÃO GLOBALIZADA, TERRITORIALIDADE E COOPERAÇÃO

Projeto apresentado na Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I como requisito básico para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo

Dourados-MS

2017

INTRODUÇÃO

Dentro do tema “Corrupção Globalizada, Territorialidade e Cooperação”, pretendo abordar assuntos como: a internacionalização dos mecanismos de combate à corrupção, a preocupação global em estabelecer cooperação internacional através de tratados destinados ao combate da corrupção com objetivo de responder qual a sua importância dentro do ordenamento Jurídico brasileiro. Para isso é necessário analisar o contexto histórico e a configuração mundial após o fim da guerra fria, a intensificação da Globalização, o desenvolvimento de múltiplos canais tecnológicos, o desenvolvimento de novos interesses na agenda global que desperta para o campo das Relações Internacionais a emergência de estudo de outros temas além de questões direcionadas a segurança. Além disso, analisar como os órgãos de combate à corrupção funcionam no âmbito interno é fundamental para estabelecer a relação entre os tratados internacionais e as leis internas.

De acordo com as diretrizes de meu orientador Alfa Diallo, em um primeiro momento, será desenvolvido as implicações que levaram a corrupção enquadrar dentro dos estudos das Relações Internacionais, tais como o Consenso de Washington 1989, que acabou justificando as ideias neoliberais e a expansão mundial do capitalismo; a Governança Global que traz como objetivo a criação de mecanismos democráticos “Cosmopolitas” em temas de interesses e movimentos globais anticorrupção. As prerrogativas sobre corrupção ainda serão analisadas no contexto das principais teorias das Relações Internacionais com o intuito de detectar quando se tornam importantes dentro desse campo de estudo, deste modo, o Realismo, Neorealismo, Liberalismo, Institucionalismo, Funcionalismo, Teoria dos Regimes, Interdependência, Neoliberalismo e Construtivismo serão investigados na procura de evidências ou necessidade de descarte, para que o tema seja situado nas Relações Internacionais. Desta forma, chegaremos ao objeto desse estudo que são os meios de cooperação internacional em combate à corrupção podendo ser especificamente os tratados internacionais e como eles funcionam no âmbito interno brasileiro. Para o trabalho de conclusão de curso, apresentarei um estudo dos órgãos de transparência e corregedorias brasileiras para entender como atuam concomitantes com os tratados internacionais analisando o seu papel em combate a internacionalização da corrupção globalizada.

REVISÃO DA LITERATURA (REFERENCIAIS TEÓRICOS)

No contexto teórico baseado no Liberalismo, fontes dos autores Nogueira e Messari (2005) trazem uma revisão bibliográfica explicando o discurso científico baseado nas ideias liberais de Locke, Montesquieu e Kant, que consecutivamente direcionam os estudos das Relações Internacionais para preceitos neoliberais difundidos por Margaret Thatcher e Ronald Reagan buscando incentivar a abertura econômica e o livre comércio, o Estado mínimo e políticas de privatizações. Dentre os autores classificados como Neoliberais que tratam da teoria da interdependência na política mundial, Keohane e Joseph Nye (1977), são acrescentados nesse trabalho para explicar como a Cooperação pode gerar assimetrias no sistema internacional, além de outros valores baseados no neoliberalismo como a democracia, a legitimidade e as Instituições Internacionais.

O Consenso de Washington é um tema pelo qual usarei referências bibliográficas de autores como John Williamson (2003) “Institute for International Economics” para fazer um balanço de sua implantação na América Latina mostrando sua perspectiva sobre a agenda de reformas e Bresser Pereira (1991) que usa a perspectiva da crise da América Latina para explicar a crise fiscal e o referido consenso.

A ideia de Governança Global na década de 1990 é definida por James Rosenau “*Governance without Governments*”, governança na ausência de uma autoridade central na forma institucionalizada capaz de organizar a preferencia de novos atores, sociedade civil global, comunidades epistêmicas engajados em políticas públicas globais (tradução livre). Para Amanda de Oliveira Faria (2012), o projeto político da Governança Global é a criação de mecanismos democráticos em temas de interesses globais, entre eles o movimento global anticorrupção. A dissertação de mestrado da autora possui uma revisão bibliográfica que contribui para o enriquecimento das bases teóricas do meu TCC em assuntos como a influência de mecanismos internacionais de combate à corrupção e também para complementar os pilares sobre a governança no combate a corrupção no que se refere à formação dos regimes. Abordarei a partir da definição de Sthepen Krasner (1982) do conceito de Regimes, sabendo que essa teoria gera vários estudo e posicionamentos, inclusive os que direcionam a discussão sobre cooperação até meados dos anos 90.

A implantação de leis internacional anticorrupção no comércio tratando do controle legal direcionado às empresas transnacionais são de referências de Luciano Vaz Ferreira e Fabio Costa Morosini (2013) por uma análise bibliográfica, como também pelo site oficial do Ministério da Transparência. De José Zanini Godinho (2011) usarei o artigo “Contribuições do Direito Internacional ao combate à corrupção” para pontuar a importância das leis e tratados internacionais no ordenamento jurídico interno.

SUMÁRIO

PARTE I

CAPÍTULO A

A CORRUPÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO.....06

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA “COOPERAÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO”
COM AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....09

CAPÍTULO B

A CONJUNTURA INTERNACIONAL E O PAPEL DOS ESTADOS EM COMBATE À
CORRUPÇÃO.....11

PARTE II

CAPÍTULO A

AS CONVENÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS CONTRA A CORRUPÇÃO.....14

CAPÍTULO B

A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTERNOS EM COMBATE À CORRUPÇÃO..... 16

BIBLIOGRAFIA.....17

CORRUPÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO

A intensificação do processo de Globalização a partir da década de 1970 acirrou uma corrida pela concorrência entre empresas multinacionais e transnacionais, sobretudo, em licitações públicas estrangeiras. A “Corrupção Globalizada¹” trouxe para a nova agenda mundial a necessidade de adotar ferramentas de combate à corrupção em transações comerciais internacionais. A corrupção² pode ser ativa ou passiva, de um modo que existem empresas ofertantes de propina que atuam conjuntamente com elites políticas e burocráticas, enquanto a corrupção passiva ocorre quando o agente público aceita a oferta de suborno em troca de sua influência desviando a função pública pelo interesse privado.

A Organização “*Transparency International*” apresentou em 2016 uma tabela com o novo índice mundial de percepção da corrupção dos países no mundo. A tabela apresenta o ranking dos 20 países de cada categoria, pontuando de 0 a 100 países mais e os menos corruptos, sendo que as notas mais baixas são os países considerados mais corruptos enquanto as notas mais altas são dos considerados menos corruptos. (Veja a tabela abaixo).

QUADRO 1- RANKING DE CORRUPÇÃO DOS PAÍSES

PAÍSES MAIS CORRUPTOS		PAÍSES MENOS CORRUPTOS	
Somália	10	Dinamarca	90

¹ Circulação de bens e capitais lícitos e ilícitos, que prejudica não só o país de origem da corrupção, mas também os receptores, no que se chama de “Corrupção Globalizada”. A corrupção no Brasil e no mundo. Roberto Medeiros Vieira; Leonino Gomes Rocha. Transparência na gestão pública Controle Cidadão; Universidade Aberta do Nordeste 2016.

² Significados de corrupção segundo o dicionário Houaiss: a) Deterioração, decomposição física, orgânica de algo ou (putrefação); b) Modificação, adulteração das características originais de algo; c) No sentido figurado, pode significar degradação dos valores morais, hábitos ou costumes; d) Ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia; e) Emprego, por parte de um grupo de pessoas de serviço público e/ou particular, de meios ilegais para, em benefício próprio, apropriar-se de informações privilegiadas.

Sudão do Sul	11	Nova Zelândia	90
Coreia do Norte	12	Finlândia	89
Síria	13	Suécia	88
Iêmen	14	Suíça	86
Sudão	14	Noruega	85
Líbia	14	Singapura	84
Afeganistão	15	Holanda	83
Guiné-Bissau	16	Canadá	82
Venezuela	17	Alemanha	81
Iraque	17	Luxemburgo	81
Eritreia	18	Reino Unido	81
Angola	18	Austrália	79
República do Congo	20	Islândia	78
Haiti	20	Bélgica	77
Chade	20	Hong Kong	77

República Centro-Africana	20	Áustria	75
Burundi	20	Estados Unidos	74
Uzbequistão	21	Irlanda	73
República Democrática do Congo	21	Japão	72

https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016

Segundo dados do portal “*The global coalition against corruption*”³ nenhum país consegue atingir a pontuação mínima (0) de corrupção, sendo que este ano, mais países aumentaram seus níveis de corrupção. O Brasil está na posição 79 sendo um dos países que mais perderam posições nos últimos cinco anos. Os resultados analisados nessa pesquisa ainda mostram uma conexão entre a corrupção e a desigualdade que se alimentam mutuamente, dessa forma, cresce a ascensão de líderes populistas que prometem por um ponto final na corrupção, o que pode acentuar ainda mais crises. Os países mais corruptos são corroídos por instituições pouco confiáveis que na prática ignoram as leis anticorrupção gerando uma crise sistêmica que viola os direitos humanos e gera mais exclusão social. Os países que apresentam menores índices de corrupção são característicos por desfrutar de maior liberdade de imprensa, informações sobre despesas públicas além de padrões de integridade para funcionários públicos e sistemas judiciais independentes.

De acordo com Alejandro Salas, diretor da Transparência Internacional para as Américas (TI) o pagamento de propina é muito recorrente dentro das instituições que ainda não estão fortalecidas, ao fazer um balanço da corrupção na América Latina nos últimos anos, ele aponta indícios que o grau de corrupção varia de país para país, como o caso da Venezuela que demonstra um nível de institucionalidade democrática completamente

³ Transparency International: “*The global coalition against corruption*”³ ”
https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016

enfraquecida, o país tem o pior índice de percepção da corrupção na região. Em outros casos, países como Chile e Costa Rica possuem instituições mais sólidas, o que indica a diminuição das distorções aumentando conseqüentemente a transparência das controladorias. Outro ponto a não ser esquecido é o caso de países desenvolvidos que em busca de expandir seus lucros usam meios ilícitos como dedução fiscal, esses países exportadores toleram a corrupção nos mercados internacionais, mas a desaprovam dentro de seus territórios.

No Brasil, um dos fatores que contribuiu para a exportação da corrupção é a influência geopolítica que o país procurou estabelecer em outros países, segundo Oliver Stuenkel⁴ (2017) o processo de internacionalização do capitalismo brasileiro que ocorreu a partir de meados dos anos 2000 em que governo brasileiro teve como estratégia ampliar a influência do Brasil apoiando suas grandes empresas no exterior, os incentivos ao mercado externo estabelecem aos contratos internacionais tarifas mais baixa para facilitar a transação econômica de produtos e serviços. Em contrapartida os contratos ficam concentrados em poucas empresas que monopolizam as transações econômicas internacionais.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA “COOPERAÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO” COM AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No campo dos estudos das Relações Internacionais, o contexto pós-guerra fria gera certo pluralismo teórico. Dentre tantos debates e discussões, a ideia de Governança Global é uma tendência gerada pela nova conjuntura do sistema internacional que passa de bipolar a ser multipolar, além do surgimento de diferentes temas de interesse universal, tais como, proteção do meio ambiente, terrorismo, cooperação global contra a corrupção e outros. (Faria 2012). O mundo esteve aterrorizado pelos efeitos da guerra fria até 1989, a principal temática das teorias das Relações Internacionais deste período pairava em procurar uma solução que trouxesse segurança ao Sistema Internacional. Os estudos predominantes eram

⁴ Informações através do site <https://brasil.elpais.com/brasil> Opinión. Acesso 2017/03/13

baseados na teoria Realista que coloca o Estado como principal ator em busca de obter equilíbrio de poder num sistema internacional anárquico. A partir do estabelecimento da política internacional globalizada e com o surgimento de novos atores transnacionais atuando através das fronteiras, o Estado passou a dividir com eles o espaço de agente do sistema. Joseph Nye explica essa mudança de pensamento teórico das Relações Internacionais.

A força não é o único instrumento como afirmam os realistas, a manipulação econômica e o uso das instituições internacionais são instrumentos dominantes. Rotulamos o mundo antirrealista de interdependência complexa. O mundo real situa-se em algum ponto entre o realismo e a interdependência complexa⁵. NYE
Pag. 264

Essa mudança de objeto de estudo ainda é resultante da mudança política entre os Estados que criou um determinado tipo de política mundial diferente. Nye ainda pontua o que realistas acreditam que a segurança é certa quando mercados operam dentro de uma perspectiva política. Outro ponto que merece destaque é o que o autor Valmor Padilha (2010) levanta sobre qual era a concepção de ser um Estado forte. Para os realistas, Estado forte era aquele mais preparado para a guerra, isso difere da atual concepção de Estado forte é que ele deve ser capaz de aceitar os limites da soberania graças às redes transnacionais do poder criado pelo capitalismo liberal e a cultura pós-moderna.⁶

O pensamento Liberal passou a ter relevantes proporções ideológicas graças às correntes teóricas que surgiram a partir do Internacionalismo Liberal e as constantes mudanças no cenário internacional pós-guerra fria. O tema Cooperação Internacional repercutia desde a década de 1950 com o Funcionalismo⁷ tendo como principais representantes David Mitrany e Karl Deutsch. Os funcionalistas estudavam o funcionamento das Instituições Internacionais e as possíveis vantagens da Cooperação

⁵ NYE, Joseph S. Jr. Cooperação Internacional e conflito nas relações internacionais. Editora Gente. 7ª edição

⁶ PADILHA, Valmor Antônio Filho. Corrupção e a atividade empresarial. Centro Universitário de Curitiba 2010 página 59 a 67.

⁷ NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. [Capítulo 3]

Internacional, e perdurava nas décadas consecutivas. A teoria da Interdependência aparece na década de 1970 com os teóricos Robert Keohane e Joseph Nye expondo assuntos relacionados à dependência mútua e suas assimetrias. A interdependência complexa é explicada pelos custos recíprocos nem sempre simétricos gerados pelas trocas internacionais que produzem efeitos da Sensibilidade, ou seja, o impacto da interconexão e a Vulnerabilidade que são os custos das alternativas diante desses impactos.

O cenário mundial que se ascendera trouxe alternativas de cooperação, entre elas, a cooperação internacional contra a corrupção. Entretanto, as lutas pelo poder continuaram, mesmo num mundo de interdependência. Joseph Nye afirma que embora os liberais sustentem que a interdependência significa paz e cooperação, isto na prática pode ser diferente, isto porque diferentes formas de poder são usadas, um exemplo disso são as sanções comerciais⁸. Portanto, nem sempre é possível pensar que a cooperação substituirá a competição, pois embora ela traga benefícios, os ganhos são relativos, ou seja, uns Estados acabam ganhando mais que os outros e em alguns casos, a política da globalização econômica podem ter aspectos competitivos de soma zero, quanto aspectos de resultados positivos cooperativos.

A grande mudança do pensamento Realista para correntes liberais consiste a Globalização trouxe uma nova política internacional em que a transparência se tornou um bem estratégico para os países que buscam investimentos.

A capacidade de impedir a circulação de informações, o que antes parecia tão valioso para os países autoritários, prejudica a credibilidade e a transparência necessária para atrair investimentos em termos competitivos mundiais. NYE Pag. 288

A Cooperação é a chave mestra no pensamento Liberal para lidar com a corrupção. Expandir a troca de informações, cooperando com as jurisdições de outros Estados e apoiar as corporações privadas que buscam desenvolver sistemas transparentes para rastrear os fluxos comerciais internacionais. Já os Construtivistas enxergam na revolução da informação uma forma de desenvolver padrões próprios de governança, capaz de passar por

⁸ Joshep Nye. Pagina 252

cima das jurisdições das organizações burocráticas hierárquicas.⁹

A CONJUNTURA INTERNACIONAL E O PAPEL DOS ESTADOS NO COMBATE A CORRUPÇÃO

A corrupção deixou de ser um problema local quando os mercados passaram a atuar em esferas globais. Os Estados no contexto dos processos econômicos da globalização podem engendrar crises pelo entrelaçamento das esferas públicas e privadas resultando na criação de agrupamentos de corrupção. Para atender às exigências da nova realidade global frente às demandas internas e externas, o Estado procurou avaliar seus atos para que se tornasse menos burocrático e insuscetível à corrupção. A implantação do modelo político e econômico Neoliberal facilitou as transações econômicas internacionais e intensificou a interdependência entre os Estados. Isso significa que com o aumento do papel dos mercados, as redes de interdependência econômica aumentaram na medida em que reduziram os efeitos da distancia¹⁰.

Os preceitos neoliberais mudaram a dinâmica dos Estados, principalmente sobre a América Latina, as ideias difundidas pelos Organismos Internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ganham força e através do Consenso de Washington¹¹ trazendo uma agenda para reforma econômica da América Latina (Kuczynski 2003). Devido sua impopularidade, as reformas impostas em 1989 foram impetuosamente criticadas por teóricos latinos americanos e, após mais de uma década, seu

⁹ NYE. Pagina 252-253

¹⁰ NYE. Joseph S. Jr. Cooperação Internacional e conflito nas relações internacionais. Editora Gente. 7º edição

¹¹ Uma lista com dez medidas, entre elas, disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização do sistema financeiro, privatizações de empresas estatais e outras. (Williamson 1989).

principal mentor John Williamson¹² mostra sinais de frustração quanto às expectativas do Consenso formulado por ele e economistas das principais instituições financeiras. Williamson (2003) afirma que “os desastres que a corrupção causa nas instituições ainda não era assunto relevante na época, por isto não tinham pensado em criar instituições que pudessem regulamentar os preços para combater práticas corruptas como o monopólio e a falta de competitividade nas privatizações”, para ele, este foi o principal motivo pelo qual as reformas foram desapontadoras¹³. (Kuczynski 2003 pagina 5 a 7).

Para Bresser Pereira, o Consenso de Washington propôs o ajuste fiscal para os países da Americana Latina porque esta era a tendência mundial como condição necessária para o desenvolvimento. Entretanto, podemos observar com o passar dos anos que a recessão econômica causada pelo subdesenvolvimento, má distribuição de riquezas e as crises políticas são problemas quase irreversíveis, ainda somados com o histórico de exploração colonizadora, atraso industrial e o capitalismo dependente, e por fim, os custos elevados que a corrupção provoca em suas economias. O empréstimo que Fundo Monetário Internacional fez aos países subdesenvolvidos para pagar dívidas do balanço de pagamento e desenvolver suas respectivas economias, em contrapartida impôs condições específicas de reformular suas políticas econômicas. Do mesmo modo, as reformas propostas no Consenso de Washington têm características imperiais, já que o governo mundial representado por esses Organismos Internacionais atuam para servir aos interesses capitalistas de bancos e investimentos.

Existe uma corrente de autores que defendem as ideias Neoliberais, já outros autores analisam as consequências que este modelo político e econômico trazem para os Estados. A principal base proposta pelo Neoliberalismo consistiu em alternar do papel do Estado de modelo Prestacionista para o modelo Neoliberal, sob a doutrina de reduzir o seu tamanho e voltar-se para o individualismo sempre buscando a eficiência nas funções de

¹² John Williamson analisa as ideias do livro “Depois do consenso de Washington” em 2003 na palestra da semana do economista da FAAP. Compilado por Pedro Pablo Kuczynski.

¹³ WILLIAMSON, John. Senior Fellow. Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina. Institute for International Economics. Compilado por Pedro-Pablo Kuczynski 25/08/2003.

prestação estatal. De acordo com o autor Paulo Cruz (2001) o Estado Neoliberal deve-se a falência do Estado social, pela insuficiência dos recursos estatais do modo Prestacionista. O Neoliberalismo surge numa tendência de estimular as atuações dos agentes individuais econômicos, de pessoas e empresas privadas, partidos políticos e governos¹⁴.

Bresser Pereira¹⁵ (2001) fala sobre a crise do Estado e a necessidade de reconstruí-lo. Para ele, a Globalização foi o cume para que o Estado redefinisse suas funções, pois antes da integração mundial dos mercados, os Estados podiam ter como objetivos essenciais proteger suas economias da competição internacional. Após a Globalização sua principal função seria que suas respectivas economias se tornassem competitivas. Para que isso acontecesse, a iniciativa privada teria que assumir setores estratégicos sendo capaz de rivalizar com o próprio Estado. Foi este projeto Neoliberal que foi implantado no Brasil pelo governo de Fernando Collor de Melo tendo continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Uma das principais implicações do modelo Neoliberal é manter a soberania nacional frente o processo de Governança Global. Por isto, alguns autores neoliberais defendem que a partir do contexto de Estado gerencial, para manter a reafirmação da soberania nacional e combater a corrupção dentro do poder econômico e político interno é necessário o dialogo e cooperação integrada entre diferentes estados¹⁶. Valmor Antônio Padilha Filho (2010) fala do Estado e da corrupção no mundo globalizado apontando dois sentidos para o Estado reafirmar sua soberania: o primeiro é qualificar sua estrutura organizacional interna, aprimorando mecanismos efetivos de combate à corrupção; o segundo consiste em alinhar à internacionalização no enfrentamento à corrupção, focando na cooperação entre outros Estados consolidando um regramento cada vez mais uniforme e efetivo¹⁷. Ainda segundo o autor, os Estados precisam se adaptar às sucessivas mudanças

¹⁴CRUZ, Paulo Marcio. Política, Poder e Ideologia e o Estado Contemporâneo. Florianópolis. Diploma Legal. 2001.

¹⁵ BRESSER, Luiz Carlos Pereira. A administração pública gerencial: Estratégia e estrutura para um novo Estado. ENAP. Brasília. DF 2001.

¹⁶ PADILHA, Valmor Antônio Filho. Corrupção e a atividade empresarial. Centro Universitário de Curitiba 2010 pagina 61.

¹⁷ PADILHA idem pagina 59

do mundo global utilizando todas as ferramentas disponíveis em combate à corrupção:

O fenômeno da corrupção, esquadrihado historicamente nas mais diversas facetas, demonstra que o Estado que interage com a realidade globalizada, dispõe de estrutura em constante mutação e adaptação, depara-se com um complexo e sofisticado fenômeno, que se enraíza em fatores multicausais, e exige, por consequência, não apenas atuações pontuais e isoladas de prevenção e repressão, mas demanda inegavelmente a atuação cooperativa entre o Estado e outras entidades estatais e paraestatais, bem como um diálogo constante com a sociedade civil organizada¹⁸. PADILHA. Pag. 61.

O autor demonstra que o Estado gerencial não é autossuficiente no combate à corrupção, e nem tão pouco ele deve crer que possui todo instrumento técnico e teórico para diagnosticar e reprimi-la, por isto, faz-se necessário o compartilhamento de informações e ações, além da cooperação entre o setor público e privado, pressupondo que a corrupção afeta a livre concorrência, o comércio interno e internacional, gerando uma sensação de risco no mercado o que impacta diretamente os investimentos no país¹⁹.

Existem alguns teóricos que questionam a eficiência do papel do Estado no combate à corrupção. Joseph Nye²⁰ (2003) acredita que “os governos podem tentar controlar a corrupção, mas com a Interdependência, as sociedades interagem além das fronteiras, fugindo do controle central dos órgãos políticos das relações exteriores chamada de relações transnacionais”. Desta forma, a transferência de capital de um país para outro acontece diariamente pelo tráfico ilícito, pois Para prevalecer em meio à concorrência global, as empresas utilizam práticas corruptas para obtenção de um ganho significativo. O autor ainda observa que no modelo Neoliberal os governos que querem altos níveis de desenvolvimento terão de abrir mão de algumas barreiras aos fluxos de informações que protegem funcionários da investigação externa.

Os Estados pretendem defender suas respectivas soberanias embora os efeitos da

¹⁸ PADILHA idem pagina 61

¹⁹ PADILHA idem pagina 52

²⁰ NYE. Joseph S. Jr. Cooperação Internacional e conflito nas relações internacionais. Editora Gente. 7º edição PAG 292

Globalização destoem cada vez mais às fronteiras territoriais. Para alguns autores mais céticos quanto a Globalidade, a ideia de transnacionalidade significa a queda do poder estatal que provoca o desmanche da sociedade nacional a partir de novas relações de poder²¹. Se os limites das divisas locais estão se rompendo, há autores que justificam o surgimento de novos limites globais, estes podem aparecer através das Instituições Internacionais e dos Regimes Internacionais²². Bauman (2008) relata o quanto que os limites dos Estados vão perdendo a importância se tornando um processo seletivo de capital, vigilância, informações e armas, crimes e terrorismo, ultrapassando as barreiras nacionais²³. Por outro lado, os limites do Estado ainda existem através do controle de capitais, divisas e impostos para proteção das economias internas, assim como é defendido por Nye: "A Globalização tornou as fronteiras nacionais mais permeáveis, mas não irrelevantes". Isto porque ainda há limites no que concerne ao livre fluxo de mercadorias, pessoas, capitais e taxa de juros. Ao falar em corporações internacionais, estas podem exercer influência nos sistemas políticos e controlar o poder econômico, mas a territorialidade ainda é um fator controlado pelos estados.

CAPÍTULO II

AS CONVENÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS CONTRA A CORRUPÇÃO

A origem de uma legislação exclusiva ao combate a corrupção em transações econômicas internacionais ocorre dentro dos Estados Unidos. Pelas fontes de "*United*

²¹ BECK Ulrich. O que é Globalização? Equívocos do Globalismo. Respostas à Globalização. São Paulo: Paz e Terra. 1999 pag 49

²² KRASNER. Stephen D. Causas estruturais e consequências dos Regimes Internacionais. Regimes como variáveis intervenientes. 2010.

²³ BAUMAN. Zigmunt. Governados pelo medo. O Estado de Sao Paulo. Entrevista 27 de janeiro de 2008.

States Department of justice,” consta que em 1977 foi sancionada a lei de práticas Corruptas no Exterior (FCPA). Esta lei se aplicaria dentro e fora do território americano, pois, embora existissem normas que punissem funcionários nacionais, não havia uma que tratasse de suborno de funcionários públicos estrangeiros, e os Estados Unidos procuravam meios de garantir que suas concorrentes tratassem a corrupção de forma equitativa. Nos organismos internacionais o tema direcionado á cooperação internacional começa a ser debatido. A Assembleia geral da ONU em 1975 tratou de denunciar e condenar práticas corruptas das transnacionais. A partir 1990, o debate se intensifica após os escândalos investigados de corrupção das empresas europeias e asiáticas.

Na Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais internacionais, inspirada na FCPA foi adotada em Paris, 17 de dezembro de 1997 a “Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento” (OCDE). Para expandir sua eficácia nas transações internacionais, o tratado buscou reunir signatários dos Estados Membros. Segundo dispositivos informados pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União sobre a OCDE, promulgada em 30 de novembro de 2000, ela está incorporada ao ordenamento jurídico interno como lei ordinária, desta forma, as empresas transnacionais e pessoas jurídicas do direito privado passam a ter normas específicas regulamentadas pela jurisdição internacional.

A Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA) também estabeleceu um acordo que entrou em vigor em 1997 firmando um compromisso político e jurídico entre os Estados signatários para coibir o uso da corrupção em negócios internacionais promovendo mudanças na legislação interna.

De acordo com o documento da ONU A/58/422 em 2003 ocorreu uma cerimônia da assinatura da convenção da ONU sobre a corrupção para todos os países membros presentes entrando em vigor em 2005. Os objetivos da convenção se concentram em apoiar a cooperação internacional na luta contra corrupção, inclusive a recuperação de ativos, fortalecer as medidas que combatem á corrupção e prestação de contas na gestão de assuntos públicos. Segundo o Artigo 8/5 ONU 2003 a tarefa de prevenção da corrupção deve partir de dentro de cada Estado em suas instituições de controle segundo seu ordenamento jurídico interno, para se enquadrar dentro do sistema de licitação e contratação baseado na

transparência pelos critérios da melhor proposta e do melhor preço prezando pela eficácia e competência do contatado.

A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTERNOS EM COMBATE A CORRUPÇÃO

A ação de prevenção visa à cooperação e a integração entre a sociedade internacional, segundo as recomendações da Convenção das Nações Unidas, as instituições no âmbito interno necessitam atuar em conjunto com as medidas internacionais em combate à corrupção. Desta forma, a Controladoria Geral da União (CGU) foi transformada no Ministério da Transparência, com objetivo de fiscalizar e controlar para fortalecer sua atuação institucional. Outra medida de controle interno que propôs foi à reestruturação da antiga Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações estratégicas que passou a se chamar Secretaria de Prevenção da Corrupção com o objetivo de acompanhar as realizações das convenções e compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil visando colaboração na prevenção e combate à corrupção.

O Brasil ratificou três tratados internacionais na área de prevenção à corrupção: a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos - OCDE; a Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos - OEA; e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003, assinada pelo Governo Brasileiro em 09 de dezembro de 2003 e promulgada por meio do Decreto N.º 5.687, de 31 de janeiro de 2006. (Ministério da Transparência 2016)²⁴.

A Advocacia Geral da União (AGU)²⁵ é um órgão que também tem cooperado no combate à corrupção internacional, sua prerrogativa é atuar com o Departamento de

²⁴ Dados do Ministério da Transparência – Fiscalização e controle, através da Cartilha da ONU 2016.

²⁵ AGU no Combate Internacional à Corrupção: a recuperação internacional de ativos da união.

Brasília-DF, set. 2012. 1 – Direito Público – Brasil – Manuais da AGU série PGU.

recuperação de ativos da União e cooperação jurídica internacional no Ministério da Justiça. A troca de informações quando existem elementos que demande da cooperação externa tem com finalidade obter informações de inteligência ainda na fase pré-judicial, que mesmo não tendo valor probante facilitam no andamento das investigações. A utilização de Redes de Recuperação de Ativos funciona como ponto de contato nacional na cooperação jurídica internacional ²⁶ (AGU 2012). A partir de então, os mecanismos para elaborar um pedido de cooperação jurídica internacional passa a ser através de cartas rogatórias, homologação de sentença estrangeira e auxílio direto.

BIBLIOGRAFIA

NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. [Capítulo 3]

MANFRED B. Steger e RAVI K. Roy. Introdução ao Neoliberalismo. Actual editora 2013.

KEOHANE, R.; NYE, J. La interdependência em la política mundial. In: Ensayos escogidos Robert O. Keohane.

FIORI, José Luís. Estado, moedas no desenvolvimento das nações. Editora Vozes. Petrópolis 1999. Pag 79-92

BRESSER, Pereira. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), abril 1991: 3-23.

WILLIAMSON, John. Senior Fellow. Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina. Institute for International Economics. Compilado por Pedro-Pablo Kuczynski 25/08/2003.

²⁶ AGU (pagina 12 e 13) são descritas as redes das quais o Brasil participa.

ROSSENAU, James N. 1995 Global Governance. Governance in the Twenty first Century.

FARIA Amanda Oliveira. Governança Global: Uma análise da influência de mecanismos Internacionais de combate à corrupção. Brasília, UNB 2012.

FARIA, Amanda de Oliveira. Governança no Combate à corrupção. A formação de um Regime. Artigo preparado sob a orientação do Professor Dr. Eiiti Sato. Julho de 2011. Universidade de São Paulo.

KRASNER. Stephen D. Causas estruturais e consequências dos Regimes Internacionais. Regimes como variáveis intervenientes. Pag. 93

FERREIRA, Luciano Vaz. MOROSINI, Fabio Costa. A implementação da lei internacional anticorrupção no comércio. O controle legal da corrupção direcionados às empresas transnacionais. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais| v.2, n.3, Jan-Jun 2013 | p.257-277 257.

GODINHO, José Zanini. Contribuições do direito Internacional ao combate à corrupção. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 58, p. 347 a 386, jan./jun. 2011.

<https://www.justice.gov/criminal-fraud/foreign-corrupt-practices-act>. *Atos de práticas corruptas estrangeiras*

Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União sobre a OCDE
<http://www.cgu.gov.br/sobre/perguntas-frequentes/articulacao-internacional/convencao-da-ocde>

DOC/ONU A/58/422

VIEIRA, Roberto Medeiros; ROCHA, Leonino Gomes. A corrupção no Brasil e no mundo. Transparência na gestão pública Controle Cidadão; Universidade Aberta do Nordeste 2016.

STUENKEL, Oliver. Jornal El país Março 2017

NYE. Joseph S. Jr. Cooperação Internacional e conflito nas relações internacionais. Editora Gente. 7º edição

CRUZ, Paulo Marcio. Política, Poder e Ideologia e o Estado Contemporâneo. Florianópolis. Diploma Legal. 2001.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. A administração pública gerencial: Estratégia e estrutura para um novo Estado. ENAP. Brasília. DF 2001.

PADILHA, Valmor Antônio Filho. Corrupção e a atividade empresarial. Centro Universitário de Curitiba 2010

BECK Ulrich. O que é Globalização? Equívocos do Globalismo. Respostas à Globalização. São Paulo: Paz e Terra. 1999 pag 49

BAUMAN. Zigmunt. Governados pelo medo. O Estado de Sao Paulo. Entrevista 27 de janeiro de 2008.